

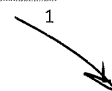
IMGA POUPANÇA PPR/OICVM

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	7
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	9
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO	10
ERROS DE VALORIZAÇÃO	12
EVENTOS SUBSEQUENTES	12
NOTAS INFORMATIVAS	13
BALANÇO	16
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
RELATÓRIO DE AUDITORIA	33



Relatório de Gestão

NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo foi constituído em 5 de maio de 2003 como Fundo de Poupança Reforma/Educação, tendo sido transformado em Fundo de Poupança Reforma em 11 de janeiro de 2007, com a denominação Millennium Poupança PPR.

Em 2015 alterou a sua denominação para IMGA Poupança PPR, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

Em agosto de 2018 o Fundo foi transformado em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo alterado a sua denominação para IMGA Poupança PPR/OICVM.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O primeiro semestre de 2020 foi singular numa multiplicidade de dimensões – social, económica e consequentemente para os mercados financeiros – na sequência da maior pandemia à escala global dos últimos 100 anos. A solução identificada para conter a propagação do surto e achatar a curva epidemiológica, em particular nos países desenvolvidos, passou por confinamentos generalizados que congelaram a atividade económica entre os meses de março e abril, que resultarão na maior contração do produto desde a 2ª Guerra Mundial.

As sequelas desta crise económica são ainda desconhecidas e os níveis de incerteza não conhecem precedentes, uma vez que os desenvolvimentos futuros estarão subordinados à evolução e duração da pandemia, assim como às atitudes dos agentes económicos, num enquadramento que deverá continuar marcado por premissas de distanciamento social, até que a mesma seja erradicada ou que se identifique uma vacina.

O carácter extremo, excecional e exógeno desta recessão foi acompanhado por uma resposta equivalente pelas autoridades de política monetária e orçamental. Os bancos centrais reduziram as taxas de referência na maior proporção desde a crise financeira e procuraram estabilizar as condições financeiras através da compra de ativos, o que resultou na maior expansão dos respetivos balanços de que já houve registo.

A Reserva Federal dos EUA assumiu a liderança neste processo, reduzindo a taxa diretora de 1,75% para 0,25% em apenas três semanas, sinalizando agora que as taxas deverão permanecer inalteradas pelo menos até 2023. Ao abrigo de uma multiplicidade de novos instrumentos, entre os quais a compra de dívida empresarial, a Fed aumentou o seu balanço em mais de 70%, o que contribuiu para manter as taxas de juro baixas e para sustentar a recuperação dos prémios de risco.

O continente europeu foi numa fase inicial o mais fustigado pela pandemia, com mais de 2,5 milhões de infetados e quase 200 mil vítimas mortais. A fatura económica será igualmente pesada, antecipando-se uma quebra próxima de 9% do PIB da área do euro em 2020. A Espanha, a Itália, a Grécia e Portugal, com maior proeminência do setor do turismo e lazer, estão entre os países mais afetados e sofreram uma deterioração das suas condições de financiamento numa fase inicial. No entanto, o aumento do programa de compras de ativos (dívida governamental e empresarial) e a realização de uma série de leilões de cedência de liquidez pelo BCE, contribuíram para a reversão parcial dos spreads da periferia e dos emitentes empresariais. Quando contemplada a totalidade dos mecanismos anunciados, foram realizadas compras superiores de €560 mil milhões nos primeiros seis meses do ano pelo BCE, sabendo-se de antemão que continuará a comprar ativos (maioritariamente dívida pública e empresarial) pelo menos até ao final do 1º semestre de 2021, o que deverá resultar numa expansão do seu balanço entre €1,5 e €2 biliões.

Os bancos centrais das economias emergentes, ao contrário do ocorrido em episódios passados de fluxos de saída de capital, colocaram a defesa da cotação das respetivas divisas em segundo plano e procuraram blindar as respetivas economias através de múltiplos cortes de taxas diretoras, pela primeira vez complementados com programas de compras de ativos.

Os estímulos orçamentais implementados foram igualmente excecionais, com a despesa discricionária relacionada com a resposta à pandemia a superar 11% do PIB nos EUA e no Japão e próxima de 10% do PIB na Alemanha, à qual acresce a concessão de garantias, empréstimos e injeções de capitais. O orçamento

comunitário deverá contribuir igualmente para amortecer o impacto do choque económico através da criação de múltiplos mecanismos de proteção ao emprego, de garantias nos empréstimos a PME e de empréstimos aos países mais afetados. Encontra-se ainda em discussão a constituição de um Fundo de Recuperação Europeia, que poderá combinar empréstimos e subvenções num montante total de €750 mil milhões.

Não obstante os estímulos, as implicações económicas dos confinamentos e do encerramento de fronteiras apontam ao pior desempenho económico dos últimos 40 anos no 1º semestre de 2020. As sequelas económicas não se reduzem às medidas de confinamento, mas igualmente aos reflexos dos princípios de distanciamento social e à incerteza económica extrema, que deverão continuar a condicionar as decisões de investimento das empresas e as decisões de consumo e de investimento dos consumidores.

Antecipa-se que esta seja uma recessão económica profunda, a mais pronunciada desde as décadas de 1930/40, devendo suplantar amplamente e num curto período de tempo a recessão de 2008. Por outro lado, esta será uma recessão breve, provavelmente com uma duração de apenas dois trimestres, o que se deverá maioritariamente à combinação mais extensiva de sempre de estímulos monetários e orçamentais.

Atendendo aos desenvolvimentos ocorridos, é sem surpresa que se vislumbram rendibilidades negativas das classes de ativos de maior risco nos primeiros seis meses do ano. Mais especificamente, em apenas três semanas entre fevereiro e março, o ajustamento de expectativas e o pânico nos mercados financeiros motivaram uma correção superior a 30% dos mercados acionistas, uma deterioração massiva das condições de financiamento no crédito e o congelamento da liquidez nos mercados.

O subsequente anúncio extensivo de estímulos monetários e orçamentais, a trajetória epidemiológica favorável na China e na Europa e as expectativas de identificação relativamente prematura de uma vacina e/ou de um tratamento eficaz contribuíram para uma recuperação igualmente notável das valorizações da generalidade das classes de ativos, embora insuficiente para neutralizar as perdas iniciais nos segmentos de maior risco.

As *yields* da dívida dos EUA registaram uma forte queda no período em análise, refletindo o seu caráter de refúgio e a atuação da Fed, assim como a moderação das expectativas inflacionistas. Na Europa, a taxa de juro alemã acompanhou a trajetória descendente dos *treasuries*, embora a contração tenha sido mais modesta, reflexo do menor intervencionismo do Banco Central Europeu comparativamente à Fed. Por outro lado, o prémio de risco da dívida periférica europeia deteriorou-se, refletindo as implicações económicas e orçamentais da crise pandémica. Esta trajetória foi, no entanto, parcialmente revertida pelo aumento das compras de ativos pelo BCE e pelas perspetivas de emissão de dívida partilhada pela Comissão Europeia (no âmbito do Fundo de Recuperação Europeia).

A combinação de ausência de liquidez nos mercados com os níveis extremos de incerteza e as perspetivas de aumento dos incumprimentos empresariais, resultou no maior alargamento dos spreads de crédito desde a crise financeira de 2008/2009. A atuação dos bancos centrais foi determinante para a recuperação entre março e junho, particularmente da Fed e do BCE, com a compra de dívida empresarial que no caso da Fed se estende à dívida empresarial de rating especulativo e ao suporte às empresas que sofram *downgrades* para rating de nível especulativo.

A dívida de mercados emergentes esteve entre os segmentos mais pressionados, refletindo o impacto económico da crise pandémica, os fluxos de saída de capital e a depreciação das divisas, resultantes numa

deterioração significativa das condições financeiras, à qual acresceu o impacto da desvalorização do petróleo, a principal fonte de receitas de múltiplas economias emergentes.

Por fim, o desempenho dos mercados acionistas no 1º semestre de 2020 foi negativo, combinando múltiplos historicamente elevados no período pré-crise pandémica com uma realidade pós-Covid marcada pela incerteza e por perspetivas de forte contração dos resultados empresariais em 2020. Ainda assim, após as correções de fevereiro e de março, seguiu-se uma reversão de entre 50% e 75% da correção dos diferentes índices acionistas, com destaque pela positiva para o desempenho superior dos índices acionistas dos EUA e pela negativa para os índices de natureza mais cíclica como sejam as ações europeias e de emergentes.

No mercado cambial, a moeda única europeia depreciou face às divisas de refúgio (iene e franco suíço) e apreciou face ao dólar dos EUA e à libra britânica, refletindo o menor ajustamento de taxas de juro do BCE, comparativamente à Fed e ao Banco Central de Inglaterra.

A cotação das matérias-primas foi amplamente negativa no primeiro semestre do ano, com as fortes perdas do complexo energético (-54%), das matérias-primas agrícolas (-11%) e industriais (-9%) a contrastar com a valorização dos metais preciosos (+8%), que beneficiaram do ambiente de aversão ao risco e da queda das taxas de juro reais.

PRINCIPAIS EVENTOS

Mudança de Firma

No âmbito da entrada em vigor das alterações ao Regime Geral dos Organismos de investimento Coletivo (RGOIC), a 1 de janeiro de 2020, a IM Gestão de Ativos, SGFI, SA assumiu, em fevereiro de 2020, uma nova denominação social – “IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA”, com a consequente alteração dos documentos constitutivos dos fundos de investimento geridos por esta Sociedade.

Eliminação das comissões de resgate

A partir de 1 de janeiro de 2020 foram eliminadas as comissões de resgate de um conjunto de fundos, deixando a totalidade dos fundos geridos pela IMGGA de estar sujeito a esse comissionamento.

Alteração da estrutura de cobrança da comissão de gestão

Na sequência das alterações introduzidas no RGOIC, a 2 de março entraram em vigor os novos documentos constitutivos dos fundos geridos pela IMGGA, por forma a prever a cobrança da comissão de distribuição pelas entidades comercializadoras diretamente aos fundos, autonomizando-a do valor da comissão de gestão que cabe à Sociedade Gestora.

Atualização anual dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

Em fevereiro foi concluído o processo de atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGGA.

Foram ainda publicadas, a 14 de maio, as novas versões dos Prospetos e IFIs com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2019.

Ao longo do 1º semestre foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGGA, relativos a 2019.

Covid-19

O atual enquadramento epidemiológico, decorrente da propagação a nível mundial do vírus SARS-CoV-19, com especial impacto em termos nacionais a partir ainda do final do primeiro trimestre de 2020, provocou uma crise sanitária sem precedentes, com efeitos imediatos de dimensão invulgar na economia nacional e mundial, cuja extensão e consequências futuras não são ainda possíveis de antecipar com exatidão.

Ao final do primeiro semestre, o valor líquido dos Fundos geridos pela IMGGA era globalmente superior ao registado a 31 de dezembro de 2019, apesar dos efeitos negativos sentidos fundamentalmente nos meses de fevereiro e março, no que respeita a vendas líquidas e rendibilidades.

A recuperação encetada no segundo trimestre, permitiu registar a 30 de junho de 2020 um crescimento global de 11,8 milhões de euros de ativos sob gestão comparativamente com o fecho de 2019, resultante dos efeitos conjugados de 94,7 milhões de euros de vendas líquidas positivas, parcialmente penalizadas por 82,9 milhões de euros de efeito negativo do mercado.

No decorrer do primeiro semestre não se verificou uma alteração significativa do número de Participantes nos Fundos geridos pela IMGA.

DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS E PPR

O registo do primeiro semestre de 2020 é condicionado pelo enquadramento epidemiológico do Covid-19, com efeitos económicos devastadores.

O auxílio patrocinado pelos bancos centrais num movimento sem precedentes, ajudaram a minimizar a perda de rentabilidade dos fundos de investimento. A categoria de fundos multiativos e PPR foi naturalmente afetada pelas circunstâncias, no entanto a diversificação dos investimentos veio a comprovar-se eficaz, com a limitada amplitude das perdas de rentabilidade.

Os fundos IMGA apresentam rentabilidades anualizadas negativas no fecho do semestre, em consonância com os diferentes níveis de risco e alinhados com os fundos da mesma categoria. Historicamente, alguns fundos IMGA evidenciam rentabilidades a 5 anos positivas, ou próximas disso.

Os fundos portugueses classificados nesta categoria perderam aproximadamente € 61 milhões (-1%) de ativos sob gestão desde dezembro de 2019, no entanto quando comparado com o período homólogo o saldo é muito positivo, na ordem dos € 752 milhões.

Os fundos multiativos e PPR da IMGA apresentaram no final de junho as seguintes rentabilidades e níveis de risco:

FUNDOS IMGA	ISSR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
			Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	3	-0,32%	9,54%	4	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	3	-0,44%	13,38%	5	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	3	-0,45%	7,48%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	3	-2,14%	15,19%	5	-0,68%	9,93%	4	-0,16%	8,72%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	3	-2,26%	6,56%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA FLEXIVEL CAT A	4	-0,12%	10,77%	5	-0,48%	6,71%	4	-0,36%	5,69%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	4	-1,08%	12,48%	5	-	-	-	-	-	-
IMGA POUPANÇA PPR	4	-1,28%	10,93%	5	-0,23%	6,83%	4	0,22%	5,79%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	4	-1,33%	10,87%	5	-0,26%	6,80%	4	0,26%	5,77%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR	4	-2,01%	15,29%	5	-0,63%	9,95%	4	-0,22%	8,74%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	5	-3,13%	22,29%	6	-0,70%	14,91%	5	-0,06%	13,87%	5

Fonte: IMGA

ISSR: Indicador Sintético de Risco e Remuneração = Resulta do cálculo da volatilidade dos retornos semanais da unidade de participação (UP) de cada fundo nos últimos cinco anos. As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). As rentabilidades anualizadas indicadas a 3 e 5 anos apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência.

INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

No final de junho de 2020, os fundos PPR da IMGGA apresentavam rendibilidades negativas no ano, consequência do impacto da crise pandémica nos mercados financeiros. Registavam, no entanto, recuperações muito significativas face aos mínimos de março, beneficiando da flexibilidade de posicionamento que têm, que lhes permitiu adicionar ativos mais cíclicos quando estes desvalorizaram e se tornaram mais atrativos.

A estratégia prosseguida pelos fundos PPR no primeiro semestre assentou numa adaptação do portfólio a uma realidade que mudou muito rapidamente, primeiro por força do choque pandémico e dos confinamentos impostos a nível global, e posteriormente pela forte e decidida resposta monetária e fiscal, e pelo regresso gradual da atividade económica.

Os fundos PPR iniciaram semestre com um posicionamento defensivo em governos, uma vez que a maioria dos prazos e das geografias da zona euro se encontravam em território negativo, neutral em ações, dadas as valorizações das mesmas, e mais positivo em crédito e alternativos. Este posicionamento permitiu obter rendibilidades positivas em janeiro, mas acabou por ser penalizado em fevereiro e março, quando a crise pandémica se globalizou, obrigando a confinamentos na maioria das economias desenvolvidas e levando a uma queda abrupta dos mercados acionistas e de crédito. Neste contexto negativo, optou-se, num primeiro momento, por reduzir o risco da carteira, diminuindo a exposição a dívida pública italiana, país que se encontrava no centro da pandemia na Europa, alienando a exposição a US *high yield*, diminuindo a sensibilidade da carteira aos spreads de crédito e ao preço do petróleo, e aumentando a duração, nomeadamente nos EUA, de forma a beneficiar dos cortes de taxa de juro e da implementação ou aumento dos programas de compras por parte dos bancos centrais. Num segundo momento, ainda no primeiro trimestre, dadas as desvalorizações registadas, com a convicção de que os governos e os bancos centrais a nível global iriam atuar de forma determinada e a atratividade de alguns segmentos de crédito e acionistas, reforçámos a exposição a estas classes de ativos e a esses segmentos, nomeadamente a Dívida Subordinada, *small caps* dos EUA e a Ações Globais.

No segundo trimestre manteve-se o reforço dos segmentos de crédito e acionistas, tendo o Fundo beneficiado da valorização dos mesmos. A forte recuperação dos mercados financeiros antecipou de forma muito significativa a recuperação económica, pelo que foi decidido, no final do semestre, reduzir o risco do portfólio, nomeadamente a ações, que passaram a assumir um posicionamento mais neutral. Este movimento foi justificado pelas fortes valorizações registadas, pelos múltiplos apresentados, as exigentes perspetivas de crescimento dos resultados para os próximos trimestres e a elevada incerteza a que ainda se assistia, não só em termos macroeconómicos, como geopolíticos e pandémicos, com o número de novos casos ainda a aumentar a nível global e a hipótese de uma segunda vaga de infeções.

Terminámos desta forma o primeiro semestre com um posicionamento semelhante ao de início do ano, mas com mais crédito nas carteiras e menor exposição a alternativos, esperando que a recuperação ocorrida no segundo trimestre se prolongue para a segunda metade do ano. Destaque ainda para o papel diversificador que o ouro tem tido nas carteiras, proporcionando rentabilidades bastante interessantes num contexto volátil.

Em junho de 2020, o Fundo de Investimento IMGGA Poupança PPR registou uma rendibilidade no período de 12 meses de -1,28%, tendo alcançado um valor líquido global de 390,6 milhões de euros, sendo este 3,1% superior aos 378,9 milhões de euros de junho de 2019.

Desde o início do ano, o Fundo registou vendas líquidas positivas de 11,8 milhões de euros, com subscrições de 38,8 milhões de euros e resgates de 27 milhões de euros, registando uma rentabilidade efetiva de -3,55% no período.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu a distribuição de rendimentos.

ERROS DE VALORIZAÇÃO

Em 2020, até ao final do mês de junho, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

EVENTOS SUBSEQUENTES

No período decorrido entre 30 de junho de 2020 e a elaboração do presente Relatório não se registou qualquer evento assinalável.

O impacto potencial do presente contexto epidemiológico, económico e dos mercados financeiros nos Fundos de Investimento irá depender de desenvolvimentos futuros que não se podem prever com fiabilidade, onde se incluem medidas a tomar pelos governos com vista à contenção e tratamento da infeção, bem como a mitigação dos impactos nas economias, complementadas por iniciativas dos bancos centrais.

NOTAS INFORMATIVAS

Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma IMGA Poupança PPR/OICVM

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
Data de Constituição: 5 de maio de 2003
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2020: 390 651 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

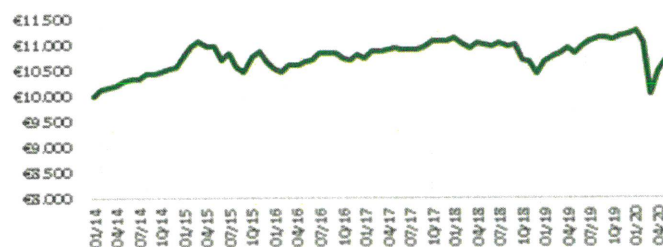
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (*)
Rendibilidade	-2,8%	8,3%	4,0%	5,5%	1,2%	1,0%	2,7%	-5,7%	7,3%	-1,3%
Risco (nível)	3	2	3	3	3	3	2	3	3	5

(*) Rendibilidade anualizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia presente, no momento da sua aquisição pelo OIC, notações de rating equivalente aos escalões superiores ("investment grade") das agências de rating. O OIC poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações, incluindo o investimento em OICs geridos pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de OICs de Investimento, S.A.. O OIC poderá investir no máximo 35% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações. O investimento em ações através de warrants concorre para o limite acima definido. Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20% o OIC pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários. O OIC pode utilizar instrumentos financeiros derivados para exposição adicional sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 10% do seu valor líquido global. Pode igualmente utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. O OIC poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 25% do valor líquido global do OIC. O OIC não poderá investir em unidades de participação de OICs de investimento imobiliário.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31-dez-16	31-dez-17	31-dez-18	31-dez-19	30-jun-20
Nº UP's em circulação	21.752.964,9345	50.476.492,9502	51.862.432,3635	51.471.494,5246	52.857.807,2147
Valor Unitário UP (Euros)	7,3661	7,5622	7,1285	7,6470	7,3907

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2020		2019		2018		2017	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	32.536	18,3	27.469	41,3	50.376	23,5	39.636	52,7
Mercados União Europeia	Alemanha	4.533		8.369		10.989		5.371	
	Áustria	46		793		434		188	
	França	24.979		25.010		33.502		48.607	
	Belgica			577		1.379		899	
	Holanda	1.379		3.127		4.124		3.121	
	Dinamarca			33		900		1.996	
	Noruega					802		301	
	Suecia					642		603	
	Grécia	14.677		15.292					
	Itália	18.254		37.150		5.605		5.133	
	Espanha	14.296		16.742		14.827		10.960	
	Luxemburgo	173.421		145.963		111.175		131.003	
	Irlanda	36.853		38.515		44.935		41.050	
	Reino Unido	7.840		14.275		37.350		39.656	
	<i>sub-total</i>	296.278	72,6	305.846	118,8	266.664	97,2	288.888	61,4
Outros Mercados	EUA	37.540		39.444		44.368		30.636	
	Austrália					399		906	
	Suíça	864		1.356		1.370		1.108	
	Singapura							36	
	Japão	701		1.269					
	Canadá					1.005		1.012	
	Jersey			102					
	Brasil			544					
	<i>sub-total</i>	39.105	12,0	42.715	9,2	47.142	21,8	33.698	29,0
Total		367.919	102,9	376.030	169,3	364.182	142,5	362.222	143,1

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2020	
Valores mobiliários	367.919.158,36
Saldo bancários	15.128.529,31
Outros ativos	8.126.954,72
Total dos ativos	391.174.642,39
Passivos	523.474,19
Valor Líquido de Inventário	390.651.168,20

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	12.023.050	85.826	21.271	12.087.605	17.825	12.105.430	3%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	52.558.779	432.620	750.823	52.240.576	297.256	52.537.833	14%
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>	598.444	-	9.965	588.479	83	588.562	1%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	7.035.854	784.299	173.266	7.646.887	52	7.646.939	2%
2. OUTROS VALORES	300.000	-	-	300.000	(150)	299.850	0%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	291.172.817	11.753.801	7.871.007	295.055.611	-	295.055.611	80%
TOTAL	363.688.943	13.056.547	8.826.331	367.919.158	315.066	368.234.225	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	296.803
Outros rendimentos	576.860
As mais-valias de investimentos	59.655.676
Custos	
Custos de gestão	(1.924.948)
Custos de depósito	(115.497)
Outros encargos, taxas e impostos	(122.714)
As menos-valias de investimentos	(73.077.249)
Custos de negociação	(89.114)
Lucro líquido	(14.800.182)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	38.896.230
Resgates	(27.044.981)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	30.06.2020	31.12.2019	31.12.2018
Valor Líquido Global do Fundo	390.651.168	393.600.102	369.699.639
Valor Unitário da UP	7,3907	7,6470	7,1285

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2019	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2020
Operações Cambiais	15.195.626	3.275.999.783	(3.273.217.450)	(78.738)	17.977.959
Operações Sobre Taxas de Juro	(1.603.519)	23.524.280	(40.104.510)	(31.325)	(18.183.749)
Operações Sobre Cotações	(14.584.903)	24.303.179	(15.265.688)	2.338.476	(5.547.412)

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DIREITOS SOBRE TERCEIROS		Períodos	
Código	Designação	30.06.20	31.12.19
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	17 977 959	17 073 393
	<i>Total</i>	<u>17 977 959</u>	<u>17 073 393</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	21 920 761	5 626 820
	<i>Total</i>	<u>21 920 761</u>	<u>5 626 820</u>
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	9 718 276	6 876 981
	<i>Total</i>	<u>9 718 276</u>	<u>6 876 981</u>
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>49 616 996</u>	<u>29 577 194</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	55 370 198	30 569 991

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		Períodos	
Código	Designação	30.06.20	31.12.19
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		1 877 768
	<i>Total</i>		<u>1 877 768</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	40 104 510	7 230 339
	<i>Total</i>	<u>40 104 510</u>	<u>7 230 339</u>
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	15 265 688	21 461 884
	<i>Total</i>	<u>15 265 688</u>	<u>21 461 884</u>
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	<u>55 370 198</u>	<u>30 569 991</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	49 616 996	29 577 194

Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020



(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	30.06.20	30.06.19	Código	Designação	30.06.20	30.06.19
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
711+718	Juros e Custos Equiparados			812+813	Juros e Proveitos Equiparados		
719	De Operações Correntes	450	13	811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	576 233	565 342
	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Correntes	627	12 484
	Comissões e Taxas				De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	89 114	85 946		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	2 071 690	2 027 700	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	296 803	690 643
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	24 299 338	5 347 636	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 847 537	27 057 814
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	48 777 911	33 853 998	839	Em Operações Extrapatrimoniais	50 808 139	31 779 625
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para Encargos		
7411+7421	Patrimoniais	2 796	47 281	851			
7412+7422	Impostos Indirectos	85 034	83 651	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	1 400
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	60 529 340	60 107 308
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	3 189	2 441				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	75 329 522	41 448 667				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		315
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		315
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)		18 658 955	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	14 800 182	
	TOTAL	75 329 522	60 107 622		TOTAL	75 329 522	60 107 622
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(14 667 878)	22 880 217	F - E	Resultados Eventuais		315
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	2 030 228	(2 074 373)	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(14 797 386)	18 706 236
B-A	Resultados Correntes	(14 800 182)	18 658 640	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(14 800 182)	18 658 955

Demonstração de fluxos de caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-20		30-jun-19	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		38 894 191		20 503 507
Subscrição de unidades de participação	38 894 191		20 503 507	
...				
PAGAMENTOS:		27 322 864		29 638 619
Resgates de unidades de participação	27 322 864		29 638 619	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		11 571 327		(9 135 111)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		231 595 164		195 715 579
Venda de títulos e outros ativos	124 246 521		117 353 562	
Reembolso de títulos e outros ativos	133 257		7 800 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	106 014 720		69 598 908	
Rendimento de títulos e outros ativos	281 677		317 331	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	918 989		645 779	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		241 698 916		210 999 493
Compra de títulos e outros ativos	93 690 376		117 696 077	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	147 921 903		93 219 485	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	86 326		83 622	
Outras taxas e comissões	249		248	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	62		62	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(10 103 752)		(15 283 914)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		130 429 871		52 686 726
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	5 963 066		8 096 979	
Operações de taxa de juro	6 894 416		4 762 474	
Operações sobre cotações	37 285 746		18 036 209	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	39 273 819		21 791 065	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	41 012 823		0	
PAGAMENTOS:		132 478 116		53 848 177
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	6 041 804		8 782 992	
Operações de taxa de juro	6 925 741		6 562 020	
Operações sobre cotações	34 947 617		18 173 392	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	40 070 331		20 329 773	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	44 492 622		0	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(2 048 245)		(1 161 451)



(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-20		30-jun-19	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		950		23 044
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	950		23 043	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	0		1	
PAGAMENTOS:		2 173 443		2 095 486
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	454		17	
Comissão de gestão	2 013 952		1 946 720	
Comissão de depósito	120 839		116 803	
Taxa de supervisão	32 555		27 188	
Impostos e taxas	5 644		4 756	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	0		2	
Fluxo das operações de gestão corrente		(2 172 493)		(2 072 442)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		1 714
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	0		1 714	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		1 714
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(2 753 164)		(27 651 204)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		17 881 693		40 005 667
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		15 128 529		12 354 463

Anexo às demonstrações financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Poupança PPR/OICVM Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 28 de março de 2003, tendo iniciado a sua atividade em 5 de maio de 2003. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo FUNDO, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. O FUNDO poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações, incluindo o investimento em fundos geridos pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A..

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2020, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)						
	31.12.2019	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2020
Valor base	257 357 474	25 479 054	(18 547 491)				264 289 037
Diferença p/Valor Base	117 619 169	13 417 176	(8 497 490)				122 538 854
Resultados acumulados	(7 887 131)				26 510 590		18 623 459
Resultados do período	26 510 590				(26 510 590)	(14 800 182)	(14 800 182)
SOMA	393 600 102	38 896 230	(27 044 981)			(14 800 182)	390 651 168
Nº de Unidades participação	51 471 495	5 095 811	(3 709 498)				52 857 807
Valor Unidade participação	7.6470	7.6330	7.2908				7.3907

Em 30 de junho de 2020 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2020	30-06-20	7.3907	390 651 168	52 857 807
	31-05-20	7.2859	383 416 265	52 624 730
	30-04-20	7.1394	376 286 271	52 705 888
	31-03-20	6.8568	362 453 081	52 861 102
	29-02-20	7.5174	406 376 239	54 058 405
	31-01-20	7.6958	405 738 588	52 722 359
Ano 2019	31-12-19	7.6470	393 600 102	51 471 495
	30-09-19	7.6127	378 232 473	49 684 689
	30-06-19	7.4910	378 994 211	50 593 600
	31-01-19	7.2916	376 732 287	51 666 743
Ano 2018	31-12-18	7.1285	369 699 639	51 862 432
	30-09-18	7.5088	392 818 190	52 314 472
	30-06-18	7.4956	389 848 711	52 010 351
	31-01-18	7.6000	388 345 123	51 098 365

Em 30 de junho de 2020, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	-
UPs < 0.5%	19 447
TOTAL	19 447

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)
						SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 1.95% 15/06/29	10 014 975	70 485	-	10 085 460	7 092	10 092 552
	10 014 975	70 485	-	10 085 460	7 092	10 092 552
-Obrigações diversas						
Caixa Geral Depósitos 1.25% 25/11/24	299 640	-	(8 003)	291 638	2 234	293 871
Galp Energia SGPS SA 1 15/02/23	598 146	-	(3 540)	594 606	2 230	596 836
Grupo Pestana SGPS SA 2.5% 23/09/25	297 942	498	-	298 440	5 758	304 198
TAGUS 2009 - ENGY A1 12/05/25	714 799	-	(9 728)	705 071	512	705 582
	1 910 527	498	(21 271)	1 889 754	10 733	1 900 487
-Ações						
EDP-Energias de Portugal SA	54 671	8 285	-	62 955	-	62 955
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	42 877	6 559	-	49 436	-	49 436
	97 548	14 843	-	112 391	-	112 391
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 0.35% 01/02/25	6 003 480	-	(67 080)	5 936 400	8 607	5 945 007
BTPS 0.85 15/01/27	1 985 600	7 400	-	1 993 000	7 757	2 000 757
BTPS 2.5% 15/11/25	6 141 190	-	(131 890)	6 009 300	17 329	6 026 629

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 3.5% 01/08/29	2 358 040	-	(39 440)	2 318 600	24 590	2 343 190
GGB 3.45% 02/04/24	3 728 692	-	(42 546)	3 686 146	27 929	3 714 075
Hellenic Republic 1.875% 23/07/26	4 054 106	-	(8 474)	4 045 632	66 773	4 112 405
Hellenic Republic 3.375% 15/02/25	5 073 943	-	(75 369)	4 998 574	55 682	5 054 256
Hellenic Republic 3.5% 30/01/23	1 906 650	39 987	-	1 946 637	26 164	1 972 801
SPGB 1.45% 30/04/29	7 645 960	30 240	-	7 676 200	16 963	7 693 163
	38 897 661	77 627	(364 799)	38 610 489	251 793	38 862 282
-Obrigações diversas						
AT&T Inc Float 01/05/168	201 100	-	(10 838)	190 262	2 089	192 351
Alstom SA 0.25% 14/10/26	298 776	-	(11 733)	287 043	533	287 576
Banco Bilbao Viscaya Float 09/03/23	694 932	-	(5 117)	689 815	101	689 916
Banco Comerç Port 4.5% 07/12/27	520 500	-	(20 265)	500 235	12 664	512 899
Bank of Ireland Group 0.75% 08/07/24	399 014	-	(5 660)	393 354	2 934	396 288
Bankinter SA 0.625% 06/10/27	99 628	-	(5 055)	94 573	248	94 821
CEPSA Finance SA 0.75% 12/02/28	99 429	-	(12 176)	87 253	285	87 538
CaixaBank SA 0.625% 01/10/24	297 942	-	(5 864)	292 079	1 424	293 503
Carrefour Banque Float 12/09/23	200 000	-	(1 266)	198 734	30	198 764
Credit Agricole London Float 06/03/23	297 105	2 151	-	299 256	45	299 301
Elis SA 1% 03/04/25	500 000	-	(44 838)	455 163	1 205	456 368
FCA Bank SPA Ireland Float 17/06/21	842 598	-	(4 706)	837 892	-	837 892
Holcim Finance Lux SA 0.5% 29/11/26	497 060	-	(4 253)	492 808	1 462	494 269
Inmobiliaria Colonial Socimi, S.A. 1.45% 28/10/24	699 911	2 196	-	702 107	6 822	708 929
Intesa SanPaolo Float 19/04/22	403 613	-	(4 783)	398 830	573	399 403
JPMorgan Chase & CO Var 24/02/28	100 000	-	(2 264)	97 737	135	97 871
KUTXABANK 0.5% 25/09/24	298 263	-	(11 220)	287 043	1 143	288 186
MAGEL 4 A 20/07/59	1 006 790	-	(31 900)	974 889	-	974 889
MedioBanca SPA Float 18/05/22	493 255	2 735	-	495 990	321	496 311
Mitsubishi UFJ FIN GRP Float 30/05/23	300 930	-	(3 174)	297 756	72	297 828
Natwest Markets PLC Float 27/09/21	349 472	2 357	-	351 829	5	351 834
Phillip Morris Intl Inc 0.125% 03/08/26	395 072	-	(12 394)	382 678	456	383 134
Servicios Medio Ambiente 1.661% 04/12/26	406 456	-	(7 256)	399 200	3 794	402 994
Takeda Pharmaceutical Float 21/11/22	400 000	2 870	-	402 870	374	403 244
Telefonica Europ Float 29/12/49	716 107	-	(12 044)	704 064	7 695	711 759
Thales SA 0.25% 29/01/27	99 709	-	(898)	98 812	105	98 916
Volkswagen Bank GMBH Float 01/08/22	509 835	-	(10 558)	499 278	948	500 225
	11 127 495	12 309	(228 258)	10 911 546	45 464	10 957 010
-Ações						
3i Group Plc.	52 534	-	(15 277)	37 258	-	37 258
ASML Holding NV	436 649	131 177	-	567 825	-	567 825
Airbus Group NV	48 829	-	(25 453)	23 375	-	23 375
Allianz AG Holding	63 533	-	(3 189)	60 344	-	60 344
Amadeus It Group SA	23 765	1 605	-	25 370	-	25 370
Arkema	46 922	-	(8 779)	38 143	-	38 143
Ashtead Group Plc	40 591	15 184	(1 361)	54 414	-	54 414
BAYER AG Reg	79 287	-	(24 221)	55 066	-	55 066
Brembo SPA	44 161	-	(14 115)	30 046	-	30 046
CRH PLC (IE)	40 719	3 506	-	44 225	-	44 225
Danone, Groupe SA	62 528	-	(2 630)	59 898	-	59 898
Diageo Plc.	39 343	3 165	(1 130)	41 379	-	41 379
Engle	48 129	-	(8 210)	39 919	-	39 919
Erste Bank Der Oester Spark	59 996	-	(13 990)	46 006	-	46 006
Essilor International SA.	284 909	26 993	-	311 903	-	311 903
GlaxoSmithkline Plc.	58 586	12 461	(1 990)	69 056	-	69 056
Inmobiliaria Colonial, SA	36 448	486	-	36 934	-	36 934
Intesa Sanpaolo Spa	50 107	-	(12 593)	37 513	-	37 513
Koninklijke (Royal) KPN,NV	28 291	1 757	-	30 048	-	30 048
LVMH- Moet Hennessy Louis Vuitton SA.	307 411	62 392	-	369 804	-	369 804
Prosus NV	42 175	11 357	-	53 533	-	53 533
Reckitt Benckiser Group Plc	60 763	10 721	(1 517)	69 968	-	69 968
SAP SE.	39 504	12 835	-	52 339	-	52 339
Safran SA.	217 592	5 369	-	222 961	-	222 961
Sanofi	53 735	9 266	-	63 002	-	63 002
Schneider Electric SE.	38 424	16 058	-	54 483	-	54 483
Smurfit Kappa PLC..	41 607	8 866	-	50 473	-	50 473
Total SA	64 906	-	(19 074)	45 832	-	45 832
Vivendi SA	42 265	2 456	-	44 721	-	44 721
Vodafone Group Plc.	40 299	7 029	(1 732)	45 595	-	45 595
Volkswagen AG. - PFD	39 614	-	(2 505)	37 109	-	37 109
	2 533 622	342 684	(157 766)	2 718 541	-	2 718 541
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Acea FLOAT 08/02/23	200 000	-	(3 087)	196 913	31	196 944
Renaul Float 14/03/22	398 444	-	(6 878)	391 566	52	391 618
	598 444	-	(9 965)	588 479	83	588 562
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Ford Motor Credit Co LLC Float 01/12/21	586 440	-	(20 760)	565 680	39	565 719
UBS Float 20/09/22	199 978	191	-	200 169	14	200 183
	786 418	191	(20 760)	765 849	52	765 901

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
<i>-Ações</i>						
ABBVIE INC	365 920	67 490	(9 575)	423 835	-	423 835
Alphabet Inc-CL C	608 189	81 451	(14 313)	675 327	-	675 327
Amazon.Com Inc	583 951	158 770	(15 138)	727 583	-	727 583
Berkshire Hathaway Inc. CL/B	215 025	-	(6 084)	208 941	-	208 941
Blackstone Group LP/The	322 644	47 265	(7 751)	362 158	-	362 158
Boeing Co.	127 444	35 633	(2 515)	160 561	-	160 561
Chevron Corp	266 057	19 276	(6 527)	278 806	-	278 806
Costco Wholesale Corp	395 233	3 042	(9 414)	388 860	-	388 860
Danaher Corp	373 759	54 297	(9 088)	418 968	-	418 968
JPMorgan Chase & Co	282 656	9 982	(5 582)	287 056	-	287 056
Mastercard Inc-Class A	425 114	49 021	(10 060)	464 075	-	464 075
Medtronic PLC	342 043	-	(22 934)	319 109	-	319 109
Microsoft Corp	587 468	111 593	(13 425)	685 636	-	685 636
Nestle SA-Reg	508 215	42 577	-	550 792	-	550 792
Novartis AG-Reg Shs	40 460	-	(2 388)	38 072	-	38 072
Procter & Gamble Co	395 243	18 511	(9 095)	404 659	-	404 659
Roche Holding AG-Genusss	48 574	26 338	-	74 912	-	74 912
Thermo Fisher Inc	361 442	58 863	(8 618)	411 687	-	411 687
	6 249 436	784 108	(152 506)	6 881 038	-	6 881 038
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
<i>-Papel comercial</i>						
Jose de Mello Saude SA 26ª EM PC 14/11/19 - 16/07/20	200 000	-	-	200 000	(109)	199 891
Jose de Mello Saude SA 26ª EM PC 15/01/20 - 16/07/20	100 000	-	-	100 000	(41)	99 959
	300 000	-	-	300 000	(150)	299 850
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliadas em Portugal</i>						
IMGA Euro Taxa Variável - FIM	8 593 093	-	(23 783)	8 569 310	-	8 569 310
IMGA European Equities - FIM	797 050	-	(144 000)	653 049	-	653 049
IMGA Iberia Equities - FIM	216 308	-	(53 281)	163 026	-	163 026
IMGA Iberia Fixed Income - FIM	177 077	2 833	-	179 910	-	179 910
IMGA Liquidez - FIM	881 104	-	(1 985)	879 119	-	879 119
IMGA Rendimento Mals - FIM	6 444 502	-	(57 930)	6 386 571	-	6 386 571
IMGA Rendimento Semestral - FIM	2 862 855	-	(45 469)	2 817 386	-	2 817 386
	19 971 989	2 833	(326 449)	19 648 373	-	19 648 373
<i>OIC domiciliadas Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	2 456 152	-	(84 621)	2 371 531	-	2 371 531
ARTEMIS LUX US SELECT I USD CAP	800 127	33 668	(4)	833 791	-	833 791
Aberdeen Standard SICAV I - European Equity Fund	5 015 662	-	(149 582)	4 866 080	-	4 866 080
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	3 725 587	-	(94 948)	3 630 640	-	3 630 640
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	3 591 657	-	(174 048)	3 417 609	-	3 417 609
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	2 023 267	-	(24 625)	1 998 643	-	1 998 643
BGF-US Dollar Core BD - I2 EURH	4 745 339	352 273	-	5 097 612	-	5 097 612
BGF-USD HIGH YLD BD HED-ED2	3 698 833	125 702	-	3 824 535	-	3 824 535
BNY Mellon Emerging Markets Corporate Dbt Fund	5 407 107	703 885	-	6 110 991	-	6 110 991
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	4 376 267	380 274	-	4 756 541	-	4 756 541
CAN Long Short Credit-C	947 543	713	-	948 257	-	948 257
Candriam Bonds E High Yellid -I- C	1 339 809	-	(48 819)	1 290 990	-	1 290 990
Comgest Growth EME Mkt-EIA EUR	324 218	-	(24 268)	299 950	-	299 950
DNB-TMT ABSOLUTE RET-AIEUR	2 635 767	-	(258 411)	2 377 356	-	2 377 356
DPAM L-Bonds EUR Corporate High Yield	1 292 380	7 011	-	1 299 391	-	1 299 391
Fidelity - Asian Spec - Y A Eur	2 069 258	133 142	-	2 202 400	-	2 202 400
Fidelity Fund-Emer M YA EUR	302 254	926	-	303 179	-	303 179
Fidelity Special Situations FND	858 883	-	(203 945)	654 937	-	654 937
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	2 912 174	-	(47 936)	2 864 238	-	2 864 238
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	1 979 276	22 040	-	2 001 316	-	2 001 316
Goldman Sachs Absolute Return Tracker	1 508 985	-	(89 034)	1 419 951	-	1 419 951
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	3 373 690	19 044	-	3 392 734	-	3 392 734
ISHARES EUR GOVINDEX FD IE INST EUR	1 000 836	450	-	1 001 285	-	1 001 285
Intermoney Variable Euro	5 014 367	-	(1 009 047)	4 005 320	-	4 005 320
Invesco Goldman Sachs Equity Factor Index Europe UCITS ETF (1)	1 459 359	-	(57 706)	1 401 653	-	1 401 653
Ishares \$ TIPS UCITS ETF	3 274 277	694 816	-	3 969 094	-	3 969 094
Ishares FTSE 100 ACC	706 237	-	(111 880)	594 357	-	594 357
Ishares JPM EM LCL GOV BND	2 072 811	-	(139 039)	1 933 772	-	1 933 772
JO Hambro Capital Management Umbrella Fund PLC - Continental European Fund (1)	4 554 766	52 401	-	4 607 167	-	4 607 167
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	1 653 315	340 513	-	1 993 828	-	1 993 828
JPM US SM Companies C Accused	1 715 505	88 286	-	1 803 791	-	1 803 791
JPMorgan Investment Funds - US Bond Fund	4 991 639	945 798	-	5 937 436	-	5 937 436
JPMorgan Investment Funds - Global Macro Opportunities	1 414 660	-	(5 319)	1 409 341	-	1 409 341
Janus Henderson HF-Euroland FD I2 EUR	4 263 420	39 807	-	4 303 227	-	4 303 227
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	13 484 876	-	(219 315)	13 265 560	-	13 265 560
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	2 892 389	48 787	-	2 941 176	-	2 941 176
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	1 437 934	34 705	-	1 472 639	-	1 472 639
Lindsell Train Global Funds PLC - Japanese Equity	1 789 177	113 280	-	1 902 457	-	1 902 457
Liontrust Global Funds PLC-UK Growth Fund	1 380 749	24 092	(65 645)	1 339 195	-	1 339 195
Lyxor ETF S&P 500-A	2 397 207	238 293	-	2 635 500	-	2 635 500
MFS Meridian-European Equity Fund	4 294 533	361 465	-	4 655 998	-	4 655 998
Magna New Frontiers FD-NE	2 076 450	-	(409 851)	1 666 600	-	1 666 600
Matthews AF-PA TIG - I USD CAP	1 964 672	222 283	(7 162)	2 179 793	-	2 179 793
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	26 077 820	758 656	-	26 836 477	-	26 836 477
NN L-Euro Credit -IC	25 934 751	581 445	-	26 516 196	-	26 516 196
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	1 376 679	-	(74 897)	1 301 782	-	1 301 782
Nordea I Sic - Corp BD-BI-EUR	26 372 289	590 191	-	26 962 481	-	26 962 481
Oddo Avenir Europe-B	1 768 352	249 285	-	2 017 637	-	2 017 637
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	2 258 611	113 647	-	2 372 259	-	2 372 259
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	3 715 255	171 535	-	3 886 790	-	3 886 790
Robeco FLEX-O-Rent-I-E	0	0	-	0	-	0

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliadas Estado membro UE</i>						
SISF - JAPANESE OPPORT- C YEN - A	4 982 115	347 632	(3 421 237)	1 908 511	-	1 908 511
Schroder IntI Eur GV BD C AC	4 222 648	390 654	-	4 613 302	-	4 613 302
Standard Life Investments Global SICAV - European Smaller Companies Fund	1 862 836	63 774	-	1 926 610	-	1 926 610
T. Rowe Price-US SML	1 471 998	367 968	-	1 839 966	-	1 839 966
T. ROWE PRICE-US EQUITY FUND(I)	811 078	28 644	-	839 722	-	839 722
T. Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	4 507 478	291 871	-	4 799 349	-	4 799 349
TT EMERGING MRKTS EQ-I	310 307	-	(13 695)	296 612	-	296 612
Threadneedle European SE-9EEUR	3 855 769	516 136	-	4 371 905	-	4 371 905
Threadneedle Lux - European Smaller Companies	1 831 938	196 762	-	2 028 700	-	2 028 700
Threadneedle UK Fund - EZNA	1 058 078	-	(165 309)	892 769	-	892 769
UBS ETF-Bloomberg Barclays US Liquid Corporates UCITS	3 893 321	41 181	-	3 934 502	-	3 934 502
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	2 507 748	29 399	-	2 537 147	-	2 537 147
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	11 465 893	316 478	-	11 782 370	-	11 782 370
Veritas Asian Fund C EUR ACC	1 997 646	202 864	-	2 200 510	-	2 200 510
WILLIAM BLAIR-US SM-JC USD	1 552 982	363 455	-	1 916 437	-	1 916 437
Wellington-US Research Eq-A	820 510	45 863	(5 425)	860 947	-	860 947
iShares Physical Gold ETC	8 980 196	1 099 875	(55 073)	10 024 998	-	10 024 998
	261 959 713	11 750 968	(6 960 843)	266 749 838	-	266 749 838
<i>OIC domiciliadas E. não membro UE</i>						
Acadian European Equity-UCITS	5 019 643	-	(348 941)	4 670 702	-	4 670 702
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	2 111 700	-	(119 311)	1 992 389	-	1 992 389
ISH EDGE MSCI ERP MLTFCR	2 109 772	-	(115 463)	1 994 310	-	1 994 310
	9 241 115	-	(583 715)	8 657 400	-	8 657 400
TOTAL	363 688 943	13 056 547	(8 826 331)	367 919 158	315 066	368 234 225

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2020 foi o seguinte:

(valores em Euro)

Descrição	31.12.2019	Aumentos	Reduções	30.06.2020
Depósitos à ordem	15 481 693	475 436 050	475 789 214	15 128 529
Depósitos a prazo e com pré-aviso	2 400 000	-	2 400 000	-
TOTAL	17 881 693	475 436 050	478 189 214	15 128 529

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.



- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

Os rendimentos obtidos por Fundos de Poupança-Reforma que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos em sede de IRC.

No entanto, serão tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total, considerando-se como tal os Fundos de Poupança-Reforma, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do Fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

A partir de 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2020, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
CHF	707 015	-	-	-	-	-	707 015
DKK	4 294	-	-	-	-	-	4 294
GBP	4 326 563	-	-	-	-	-	4 326 563
JPY	459 831 644	-	-	-	-	-	459 831 644
SEK	119	-	-	-	-	-	119
USD	46 841 170	-	20 131 719	-	-	20 131 719	66 972 888
Contravalor Euro	51 047 104	-	17 977 959	-	-	17 977 959	69 025 064

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2020, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	(18 183 749)	-	(18 183 749)
de 1 a 3 anos	2 569 636	-	-	-	-	2 569 636
de 3 a 5 anos	16 754 195	-	-	-	-	16 754 195
de 5 a 7 anos	14 110 878	-	-	-	-	14 110 878
mais de 7 anos	20 311 264	-	-	-	-	20 311 264

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2020, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	9 711 969	(5 547 412)	-	4 164 557
UP's	295 055 611	-	-	295 055 611

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2020 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	2 001 946	0.52%
Comissão de Depósito	120 117	0.03%
Taxa de Supervisão	27 899	0.01%
Custos de Auditoria	3 189	0.00%
Encargos outros OIC	953 225	0.25%
Outros Custos Correntes	3 595	0.00%
TOTAL	3 109 971	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.80%	

(1) Média relativa ao período de referência

Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **IMGA Poupança PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma** (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2020 (que evidencia um total de 391 174 642 euros e um total de capital do OIC de 390 651 168 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14 800 182 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **IMGA Poupança PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma**, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora nos parágrafos "Principais Eventos" "Covid-19" e "Eventos subsequentes" no Relatório de Gestão, não é possível antecipar as consequências que a pandemia Covid-19 terá na economia nacional e mundial, e por consequência, não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta situação irá ter na futura situação financeira do OIC, apesar de, nesta data, já se encontrarem apurados e registados os impactos iniciais determinados com referência a 30 de junho de 2020. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2020, cerca de 94% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Os critérios de valorização da carteira de títulos encontram-se detalhados na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os quais se encontram em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão e têm por base o Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento CMVM nº 3/2020).</p> <p>Esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias

relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 10 de maio de 2016 para completar o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre os anos de 2018 e 2020;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 28 de agosto de 2020;

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro, deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não temos nada a relatar.

Lisboa, 28 de agosto de 2020

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)